COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO VII PREÇO AVULSO: 50$00 Nº 71 DEZEMBRO 1991

Boicote à venda de armas, já!

O Governo português tem uma excelente ocasião para provar, à opinião pública - nacional e internacional - e aos restantes governos, que não é um "fala-barato", empenhando-se decididamente junto dos parceiros da CE e dos Estados Unidos na suspensão do fornecimento de armas à Indonésia.

PORQUÊ FALAR DO AUXÍLIO MILITAR?

Os trágicos acontecimentos de 12 de Novembro no cemitério de Santa Cruz vieram realçar o papel repressivo desempenhado pelos militares indonésios em Timor-Leste, mas também chamaram a atenção para o envolvimento indirecto dos países ocidentais na chacina, enquanto fornecedores de armamento, de tecnologia de defesa e de formação militar. Se é imperioso denunciar a mão assassina que comete o crime, não deixa de ser importante apontar os nomes de quem a arma. Principalmente porque, se em relação ao agente imediato do massacre (o regime da Indonésia) podem ser levantados argumentos "pragmáticos" para a ausência de medidas punitivas, já o mesmo não se poderá dizer em relação aos países que o apoiam materialmente - fundamentalmente EUA e países europeus, da CE ou não - mais próximos de nós, geográfica e politicamente, eventualmente mesmo aliados de Portugal.

O COMPLEXO MILITAR INDONÉSIO

O complexo militar indonésio integra 8 empresas, todas estatais e sujeitas ao controle directo do Conselho de Ministros para as Indústrias Estratégicas. Destas destacam-se três: PT IPT Nusantara (aéreo-espacial), PT PAL (construção naval) e PT Pindad (armamento e munições).

A "jóia" do tesouro é a IPT Nusantara: empregando 12.800 pessoas, terá produzido, desde o seu lançamento em 1986 até ao momento, 92 aviões e 125 helicópteros. A estratégia foi começar pela montagem de aparelhos a partir de componentes quase exclusivamente importados e ir avançando para montante, com a crescente incorporação de valor acrescentado nacional. Para o efeito, a IPT Nusantara estabeleceu contratos de licenciamento de produção com um conjunto, relativamente reduzido, de empresas ocidentais - Aérospatiale (França), MBB (Alemanha) e Textrone (EUA) - para fabrico dos helicópteros Super-puma, BO-105 e H412, e com a CASA (Espanha) e Boeing (EUA) para a construção dos aviões de médio curso de propulsão turbo CN 212, CN 235 (35 lugares) e ATRA 90 (50 lugares).

Além disso, incluído no pacote de contrapartidas pela aquisição de várias marcas de aviões, empresas da Indonésia são sub-contratadas para a fabricação de componentes para os caça de combate Hawk, pela British Aerospace (Inglaterra), para os F-16, pela General Dynamics (EUA) e para o avião de transporte Fokker 100 (Holanda).

Apesar das dúvidas que muitos empresários e até militares indonésios depositam na viabilidade económica do projecto IPT Nusantara (a empresa é considerada estratégica, sendo financiada em montantes desconhecidos mas elevados, pelo Orçamento de Estado), a verdade é que conseguiu aumentar a incorporação nacional no produto final de 10% em 1986 para 90% actualmente e ter mesmo algum sucesso na exportação (uma dúzia de CN-235 foram exportados para países vizinhos).

A PT PAL tem concentrado o esforço dos seus 6.000 empregados na construção de barcos de pequena e média tonelagem. Operando também no regime de produção licenciada, fabrica «hydrofoils» (licença Boeing Marine Systems, EUA), lanchas-patrulha e barcos lança-torpedos PB-28 e PB-57 até 400 toneladas (licenças Luerssene Werft, Alemanha e Fulton Marine, EUA) entre outros meios navais.

NESTE NÚMERO:

- Embargo de armas, já!
- Movimento democrático na Indonésia
- Vozes críticas na ASEAN

A produção de munições e armas ligeiras está a cargo da PT Pindad: fabricando inicialmente espingardas-metralhadoras M-16 (sob licença da Colt Industries, EUA), passou há meia dúzia de anos a produzir também, mediante acordo de transferência de tecnologia, as FNC (calibre 5,56 milímetros), um modelo da Fabrique Nationale Herstal (Bélgica). Produz ainda espingardas semi-automáticas Pietro Beretta (Itália), garantindo a auto-suficiência do país no que diz respeito a estas gamas de armamento ligeiro.

ARMAS CONTRA TIMOR-LESTE

Está comprovado que muito do equipamento bélico referido (seja importado, seja produzido localmente sob licença) tem sido utilizado na guerra em Timor. Basta olhar para as fotografias (muitas) ou filmes (caso das imagens do massacre de Santa Cruz) relativos a desfiles ou operações militares indonésias para constatar que a esmagadora maioria das espingardas-metralhadoras são do tipo M-16 ou AR-15. Também os carros de combate presentes em Timor-Leste (e que surgiram, por exemplo, nas fotografias do sueco J. Erik Forsberg) são de origem ocidental: só a Creusot Loire Industries, fabricante dos AMX-13, entregou, em 1977, 205 unidades deste tipo de carros de combate ligeiros e mais 200 em 1979. Há ainda notícia de utilização esporádica de blindados ligeiros ingleses (alguns dos 160 Saladines, Sarracenes ou Ferrets fornecidos no início dos anos 70) e holandeses (YP 408)

Perfeitamente documentado está também o uso de aviões Hercules C-130, no transporte de equipamento e lançamento de pára-quedistas, e de Bronco OV-10F (ambos de origem norte-americana), nos bombardeamentos massivos que no período 76/79 dizimaram dezenas de milhar de civis. Mais recentemente este tipo de operações tem um carácter mais esporádico, embora persista (um ou dois Broncos e pelo menos um Northrop F-SE estão permanentemente estacionados no aeroporto de Baucau, principal base aérea militar em Timor).

O uso de helicópteros em acções de reconhecimento e heli-transporte tem crescido nos últimos anos: sabe-se que são utilizados BO-105 (alemães), Bell e Sikorski (americano, do qual existe uma fotografia publicada há cerca de três anos na imprensa portuguesa). Também os franceses estão nesta corrida: em 1985 a Aérospatiale SNIAS vendeu 11 helicópteros AS 332 Super Puma ao Ministério da Defesa indonésio.

Provas fotográficas de utilização de lanchas de desembarque e de cargueiros Ro-Ro, aquando da preparação de ofensivas indonésias de grande envergadura, estão também disponíveis.

ENVOLVIMENTO OCIDENTAL

Para lá do apoio financeiro directo (investimentos, subsídios) do Estado ao sector de armamento, o Governo indonésio impôs um conjunto de medidas proteccionistas visando forçar a criação dum mercado interno: a importação de certo tipo de aviões e barcos foi proibida e as empresas de aviação forçadas a substituir as frotas por produtos locais. Além disso, o Governo tentou incentivar a transferência de tecnologia mediante uma de várias soluções possíveis: licenciamento, investimento directo ou «joint-ventures». A opção preferida, por criar maior margem de manobra negocial, foi a da produção licenciada, conjugada com os chamados «offsets» (subcontratação). Apesar disso, "*a Indonésia tornou-se altamente dependente em termos de concepção, componentes e assistência técnica*" externa, como é referido no estudo intitulado "Global Arms Trade". A própria estratégia indonésia de diversificação das fontes de licenciamento (a Indonésia é o país da ASEAN que tem a procura de licenças menos concentrada num só país) pode virar-se contra si.

Com efeito, os Estados Unidos, que são tradicionalmente o principal fornecedor de sistemas de defesa aos países da área (entre 60% e 80% de transferências de armamento no período de 70/90, para a Austrália, a Formosa e Singapura) contam apenas com 30% de aquisições indonésias nesse período. Inversamente, o peso dos países da CE (estão recenseadas 19 operações de transferência de tecnologia militar envolvendo a Inglaterra, França, Holanda, Espanha e Bélgica) é muito maior que o verificado nos países limítrofes: mais de 40% do total. A vulnerabilidade indonésia é reforçada pelo facto de, ao contrário dos países referidos, a produção licenciada se centrar fortemente num único sector - o da aeronáutica, representando 85% do total dos sistemas de defesa licenciados naquele período - onde o peso dos países da CE é determinante.

BOICOTE À VENDA DE ARMAS: POSSÍVEL E NECESSÁRIA

Portugal dispõe hoje dos instrumentos necessários para conduzir vitoriosamente uma campanha pela suspensão da venda de armas e/ou de transferências de tecnologia militar.

Na generalidade dos países fornecedores, a cedência deste tipo de tecnologia e de armamento está sujeita a procedimentos rigorosos: visto e aprovação de um ou mais ministérios (normalmente Defesa, eventualmente Indústria ou Comércio), sendo as decisões passíveis de controlo por parte de Comissões Parlamentares especializadas. Em todos os casos deverá haver garantia de não ser exportado para uma zona sensível ou de poder vir a ser utilizado em violação do direito internacional ou dos direitos humanos.

Para além dessas disposições de natureza geral existem posições e resoluções ou iniciativas suficientemente fortes para deverem ser exploradas. Nos Estados Unidos, por exemplo, uma equipa do gabinete de investigação do Congresso («General Accounting Office») foi a Jacarta em 16 de Novembro averiguar a forma como a Indonésia está a utilizar os cerca de 450.000 contos/ano que o Governo americano atribui a programas de "*profissionalização das F.A. indonésias*" e "*exposição a padrões democráticos e humanitários*". Naquele país uma maioria de congressistas pediu recentemente a Bush a reavaliação do auxílio militar americano à Indonésia. Na CE, um dos parágrafos da resolução aprovada em 3 de Dezembro pelo Conselho de Ministros de Negócios Estrangeiros refere que os Estados membros "*irão rever* [«will review»] *a cooperação*" (no futuro, e não no condicional, como o MNE Deus Pinheiro tem vindo a afirmar). Parece óbvio que o primeiro passo a dar diz respeito aos instrumentos materiais da repressão: as armas.

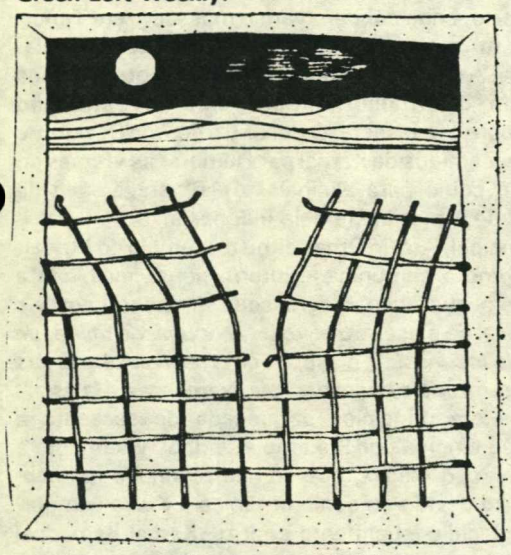
A Indonésia seria, pelos padrões de dependência expostos acima, extremamente vulnerável a acções deste tipo, desde que enquadradas numa campanha conduzida séria e profissionalmente (muito mais do que quaisquer declarações altissonantes, sem conteúdo prático) e indubitavelmente que a questão deTimor-Leste lucraria.

Ainda é tempo da diplomacia portuguesa tomar a iniciativa e explorar as oportunidades que realmente existem. Este é o tempo certo para mostrar aos amigos e aliados (EUA, CE) que Portugal não é a república de bananas que eles estão, sinceramente, convencidos que é. □

Movimento Democrático na Indonésia: dificuldades e esperanças

O Green Left Weekly, um semanário australiano ligado a sectores ecologistas daquele país, publicou na sua edição de 3 de Setembro um artigo de Vanessa Hearman e Tony Litis sobre o actual momento do movimento democrático indonésio, as suas dificuldades e as suas esperanças.

A Frente Indonésia para a Defesa dos Direitos Humanos (INFIGHT) foi criada em 1989 "*para tornar a sociedade indonésia mais democrática, mais respeitadora dos direitos humanos mais elementares, particularmente os direitos comunais das populações*", informou Roem Topatimasang, co-fundador e responsável pelas relações internacionais, ao **Green Left Weekly**.



INFIGHT faz parte de uma "*nova tendência*", tomando "*um caminho diferente dos anteriores grupos democráticos da oposição. No nosso grupo estamos empenhados em fazer um movimento com uma base mais popular. Os outros grupos da oposição são constituídos apenas por pessoas da classe média de Jacarta - a que chamamos* 'élite da política de salão'. *Nós queremos fazer algo de diferente. Aprendemos, através da nossa experiência, que formar um movimento para a luta pela democracia sem um apoio forte e amplo ao nível das bases não leva a nada*".

Parte desta nova tendência levou a uma alteração no movimento estudantil: "*o movimento estudantil tem vindo a crescer nestes últimos cinco anos, após um longo vazio iniciado em 1978. Anteriormente, o movimento estudantil não tinha relações com as populações, mas agora tem. Muitos grupos estudantis têm fortes ligações com organizações populares locais em muitas regiões, como as de agricultores ou trabalhadores. Julgo que esta nova tendência dá mais perspectivas ao movimento estudantil, porque está a voltar às origens*".

Uma questão em que se tem empenhado o movimento estudantil é a das compensações resultantes da construção da barragem de Kedung Ombo. Este projecto, financiado pelo Banco Mundial, o Banco de Desenvolvimento da Ásia e o Banco Exim do Japão, expulsou das suas terras cerca de 30.000 agricultores. Quando eles exprimiram a sua insatisfação pelas indemnizações irrisórias que lhes queriam dar e pela recusa ao diálogo por parte dos responsáveis pela construção, foram sujeitos a intimidações e violências pelas autoridades governamentais e militares. Em 1989 os estudantes formaram um grupo de solidariedade com as vítimas de Kedung Ombo. Este grupo tem organizado protestos e tem ajudado os agricultores a organizar-se.

Existem vários outros conflitos nos campos da Indonésia, como por exemplo em Pulau Panggung na Sumatra, centrado, também ele, na questão das "*indemnizações irrisórias e das pessoas serem obrigadas pelos militares a sair das suas terras*".

INFIGHT tem dado prioridade ao trabalho político de base entre os trabalhadores urbanos. "*Duma forma geral, as condições dos trabalhadores não mudaram nada*", explica Topatimasang. "*Os trabalhadores continuam a receber baixos salários e a ter más condições de trabalho - sem garantias de assistência médica nem de seguro e, o mais importante, sem direito a formar os seus próprios sindicatos. Para que os trabalhadores se pudessem unir e tornarem-se mais fortes, formámos, no ano passado, o Setia Kawan* [sindicato independente Solidariedade] *com alguns grupos em Jacarta. (...). Estamos optimistas de que nos próximos anos teremos sindicatos livres. Outros sectores de trabalhadores em Jacarta inspiraram-se no Setia Kawan e pediram-nos para que os ajudássemos a organizar sindicatos livres. Por exemplo, os taxistas de Jacarta e alguns trabalhadores têxteis pediram-nos isto (...) e o interesse alastrou-se a outros trabalhadores para formar os seus próprios sindicatos. Estamos muito optimistas*".

Os salários mais baixos e as condições piores são para as mulheres, que estão concentradas, principalmente, nas produções em massa como, por exemplo, as fábricas de têxteis. Não existe licença de maternidade. Grupos de mulheres em Jacarta e Yogyakarta, apesar de pequenos e relativamente inexperientes, têm tido algum sucesso a organizar as mulheres, principalmente em fábricas de electrónica e têxteis em Semarang. "*Julgo que as piores condições*", diz Topatimasang, "*acontecem nas plantações, em áreas remotas. Mas poucos sabem o que lá se passa*".

Topatimasang afirmou que o governo responde "*em muitos casos com a violência. Quando lançamos uma campanha, como grupo de direitos humanos, contra as prisões políticas, por exemplo, o primeiro passo deles é mandarem-nos um aviso através de um telefonema de um funcionário militar local. O segundo passo é raptar um dos nossos membros. O passo seguinte é o interrogatório, a tortura - INFIGHT sofreu todas estas formas de tentativa de supressão.*

Nestes anos mais recentes, principalmente nos últimos três anos, [os militares] *têm sido menos duros. Este facto tem como causa primeira a proximidade das eleições gerais* [marcadas para 9 de Junho de 1992]. *Outro factor importante é a forte pressão da opinião pública internacional sobre o governo. Por isso, nos últimos três anos, a pressão do governo tem sido menor. Mas é uma condição temporária*".

A militarização da sociedade é justificada pelo regime com uma teoria conhecida como "*a dupla função dos militares*". "*O essencial da doutrina é de que as forças militares na Indonésia têm, para além da sua função básica, uma função política e social. Eles fundamentam esta teoria na nossa história nacional porque as forças militares indonésias foram formadas a partir das milícias da guerra da independência contra os holandeses. Utilizam este facto histórico para legitimar a sua função política e social. Mas, enquanto isto pode ter sido verdade nos primeiros anos da nossa independência, presentemente é apenas um instrumento para retirar poder a todos os sectores da vida social, tornando a sociedade civil secundária*".

A corrupção é endémica. "*Muitas das grandes «joint-ventures» não são verdadeiramente entidades públicas, em termos de economia liberal pura*", explica Topatimasang. "*O governo decide quem, do lado indonésio, ficará na «holding» da «joint-venture» - geralmente alguém da família! O director*

é um dos filhos. Na administração fica um tio".

Acrescentou que muitos dos fundos para a «joint-venture» são empréstimos provenientes de organismos internacionais, contribuindo para a dívida externa indonésia: "*Do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e do Banco de Desenvolvimento da Ásia vêm empréstimos e crédito a longo prazo. Mas, de facto, são empréstimos caros, à taxa de juro comercial. O rácio da nossa dívida é de 32 ou 33%. Melhor que o das Filipinas, por exemplo, mas nós temos uma dívida total maior que a deles, talvez dez vezes maior. Julgo que nos próximos anos o nosso produto interno reverterá para o serviço da dívida.*". □

Vozes críticas na ASEAN

Os atritos existentes entre a Indonésia e alguns dos seus parceiros na ASEAN a propósito do comportamento do seu exército no Aceh - uma região no extremo leste de Sumatra que luta para se tornar independente de Jacarta - sofreu um novo agravamento com o massacre de Dili. Vozes críticas levantaram-se de novo na Tailândia e na Malásia.

TAILÂNDIA: "ABANDONAR A OCUPAÇÃO COLONIAL"

Na Tailândia essas vozes têm vindo a lume nomeadamente na imprensa escrita, onde dois importantes diários de língua inglesa abordaram o problema em editoriais muito críticos para com o regime indonésio.

Num deles, o **Bangkok Post**, podia ler-se: "*Os próprios interesses da Indonésia ganharão com o abandono dos seus quinze anos de tentativas para encobrir os acontecimentos em Timor-Leste. O exército tem sido acusado de atrocidades e violência injustificáveis na província anexada, desde o primeiro dia da sua entrada em Dili (...). Jacarta está provavelmente indisponível, em quaisquer circunstâncias, a ceder aos apelos para abandonar a sua ocupação colonial de Timor-Leste. Uma investigação pública sobre os maus tratos a que são submetidos os timorenses ajudará, contudo, a melhorar a imagem desumana que o exército ganhou na província anexada*".

O outro diário, o **The Nation**, já em Agosto tinha entrado em polémica com a embaixada indonésia em Banguecoque a propósito da violação dos direitos humanos no Aceh. Desta vez, na sua edição de 2 de Dezembro, o editorialista zurze as autoridades de Jacarta pela "*intransigência mostrada para com o* [sentir do] *povo de Timor-Leste*". E, tal como então, a embaixada, através do seu adido de imprensa, voltou a sair a terreiro acusando o editorial de "*muito tendencioso*" e "*demasiado imaginativo*" terminando com a afirmação de que o governo indonésio "*está determinado a que tais incidentes não se voltem a repetir no futuro*".

MALÁSIA: "REMINISCÊNCIAS DE AMBIÇÕES TERRITORIAIS ANTIGAS"

Um grupo de 20 malaios, representando vários grupos sociais e políticos, entregou na embaixada da Indonésia em Kuala Lumpur, no domingo 17 de Novembro, uma nota de protesto relativa aos sangrentos acontecimentos no cemitério de Santa Cruz, em Dili. Dirigida ao Presidente Suharto e recebida por um funcionário da embaixada, pedia para que as tropas indonésias retirassem de Timor-Leste. Segundo a agência noticiosa nacional **Bernama**, um homem foi preso pela polícia por transportar um cartaz onde se podia ler "*Parem o morticínio em Timor-Leste*".

No dia 12 de Dezembro, um mês depois do massacre, era tornado público em Penang um comunicado de imprensa onde os participantes num encontro realizado no dia 7 de Dezembro, davam conta de uma nova declaração, também ela dirigida ao Presidente Suharto, onde condenavam o massacre em Timor-Leste em que foi morto um estudante de origem malaia, Kamal Bamadhaj. A declaração juntou-se a crescentes pedidos da comunidade internacional para uma investigação independente sobre o massacre. O encontro de 7 de Dezembro foi organizado por amigos de Kamal para lembrar as vítimas do massacre assim como para assinalar o 16° aniversário da ocupação ilegal de Timor-Leste pela Indonésia.

O orador principal, Ariffin Omar, citou o exemplo do Kuwait para mostrar como a comunidade internacional, incluindo a Malásia, não tem que aceitar agressões armadas contra a soberania nacional de países ou povos. "*A ocupação militar de Timor-Leste pela Indonésia*", disse, "*é uma reminiscência das suas ambições territoriais passadas relativamente à Malásia*". Recorde-se que em princípios da década de sessenta a Indonésia - então dirigida por Sukarno - se opôs vivamente à criação da Federação Malaia, que só não redundou em conflito militar aberto devido ao apoio britânico a Kuala Lumpur.

O encontro decidiu igualmente criar o «Kamal Bamadhaj Memorial Award» para encorajar os estudantes e jovens malaios a prosseguir na via de Kamal, que viveu e morreu pelos direitos de todos os seres humanos, independentemente das suas origens sociais ou nacionais.

Na já citada declaração de condenação, os signatários, "*enquanto indivíduos e organizações da Malásia empenhados na paz e justiça na região do Sueste Asiático*", condenaram "*fortemente o seu* [de Suharto] *governo pelo massacre de* mais de 100 civis desarmados em Dili, Timor-Leste, no dia 12 *de Novembro*" e apelaram a que "*termine a ocupação ilegal de Timor-Leste, como recomendado pelas resoluções n° 1514 e 1541 das Nações Unidas, como forma de pôr fim ao incomparável sofrimento dos timorenses ...*".

Referindo os acontecimentos de Santa Cruz como representando "*apenas um episódio da longa cadeia de repressão brutal e de campanhas de terror visando forçar os timorenses a submeterem-se à ocupação indonésia*", os subscritores apelaram ao governo indonésio para "*providenciar a uma investigação internacional independente sobre o massacre de 12 de Novembro (...), parar o programa de transmigração para Timor-Leste (...), respeitar o direito dos timorenses aos seus recursos naturais revogando o Tratado do Timor Gap (...), iniciar uma imediata e incondicional retirada de todas as unidades militares de Timor-Leste, como primeiro passo para a autodeterminação do território*". □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário**: Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R.Pinheiro Chagas, 77-2°E, 1000 Lisboa, Tel: 3528718, Fax: 534009
Impressão: Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem**: 1000 ex. **Assinatura anual**: 600$00
Registo: DGCS n° 112094 Dep. Legal n° 25317